

Nota sobre a Chacina em Tabatinga, no Amazonas

A **Associação Brasileira de Antropologia**, por meio da Comissão de Direitos Humanos e do Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal, vem a público demonstrar preocupações com a atuação das forças de segurança pública no estado do Amazonas.

Segundo informações de reportagem investigativa publicada na [Folha de São Paulo](#), *por pelo menos 7 (sete) pessoas* foram executadas por membros da Polícia Militar na cidade de **Tabatinga/AM**, entre os dias 12 e 13 de junho de 2021. As vítimas, homens negros e descendentes de indígenas, tinham entre 17 e 27 anos. Um deles foi morto em sua própria casa, dois na rua e três encontrados no lixão da cidade com sinais de tortura e decapitação. Todas as mortes ocorreram horas após a de um policial militar divulgada, inicialmente, como [latrocínio](#).

Essa não é a primeira acusação de chacina na atual gestão da Segurança Pública do Governo do Amazonas. Em outubro de 2019, *17 (dezesete) pessoas* foram mortas no bairro **Crespo**, zona sul de Manaus, em uma [operação policial](#). As vítimas tinham entre 14 e 28 anos. Os [indícios de chacina](#), negados pelo inquérito da Polícia Civil, foram descritos em relatório do Ministério Público do Estado do Amazonas: pessoas mortas sem sinal de pólvora nas mãos; tiros “precisos, certos e fatais” disparados à noite em local sem energia elétrica; nenhuma pessoa presa ou policial ferido; e corpos retirados do local antes da perícia.

Em agosto de 2020, um confronto na região do Rio Abacaxis, município de **Nova Olinda do Norte/AM**, provocou a morte de 2 policiais durante [operação da Polícia Militar](#). Nas semanas seguintes, nova ação policial foi realizada e o Ministério Público Federal recebeu diversos relatos de abuso e violação de direitos contra populações tradicionais. Em [nota](#) assinada por dezenas de entidades, a Comissão Pastoral da Terra denunciou a morte de *5 (cinco) pessoas*, entre elas “um indígena da etnia Munduruku, três ribeirinhos e um suposto traficante, além do desaparecimento de dois adolescentes e de um indígena Munduruku, e seis pessoas feridas”. Por determinação judicial, a Polícia Federal interveio e tropas da Força Nacional de Segurança Pública foram enviadas ao local.

Esses acontecimentos tornam temerosa a informação de que, entre os dias 7 e 18 de junho deste ano, *55 (cinquenta e cinco) pessoas* morreram violentamente em Manaus. A notícia (veiculada pelo [Jornal do Amazonas](#) de 21 de junho) que apresenta esses números traz também o dado oficial de que *82 (oitenta e duas) pessoas foram presas* no mesmo período. Os números foram registrados dias depois de uma série de incêndios a ônibus, monumentos e bancos, além de explosões em delegacias, atribuídas a um coletivo criminal. Os ataques justificaram, novamente, o envio da Força Nacional de Segurança Pública, desta vez à Manaus, e uma operação conjunta das polícias civis do Amazonas, do Pará e do Rio de Janeiro, a “[Coalizão do Bem](#)”. Enquanto no Rio a operação [matou um jovem de 16 anos](#) com um tiro na cabeça, em Manaus matou um homem de 50 anos, pai de uma das pessoas procuradas. Em resposta à denúncia da família sobre a arbitrariedade da ação, a [Polícia Civil do Amazonas](#) declarou: “o que nos é mais grave é dar para a população de bem tranquilidade. Infelizmente, se for necessário, nós temos que agir com contundência, porque hoje infelizmente aconteceu a perda dessa vida, mas poderia ter sido de qualquer um, de um filho nosso, de um policial, uma pessoa que dedica a vida, dá a vida em prol da segurança da população amazonense”.

Chama igualmente nossa atenção a gestão do sistema carcerário amazonense, *administrado por policiais militares*. Há mais de dois anos, movimentos sociais têm apresentado aos órgãos de fiscalização informações concretas de uma política cotidiana de violência e terror. Corroborando essas denúncias, o [Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura](#) relatou, em maio de 2020, que os maus tratos reportados estavam “orientados sob uma mesma perspectiva de humilhação, violação de direitos e violência, travestido de ‘disciplinamento e segurança’”. Em março de 2021, a Frente Estadual pelo Desencarceramento do Amazonas verificou, por meio de inspeção, que a administração penitenciária havia colocado, por uma semana, presos de facções rivais no mesmo pavilhão do Instituto Penal Antônio Trindade (IPAT).

Sabemos que os fatos ocorridos no Amazonas não são isolados e se observam em outros lugares de norte ao sul do país. Após quase quatro décadas de construção de instituições e mecanismos de controle do exercício policial, o que experimentamos no Brasil *não parece ser uma situação de fraqueza estatal*. A cada chacina, no [Jacarezinho](#), Crespo, Abacaxis ou Tabatinga; a cada [justificativa institucional para as mortes](#), o que percebemos é o fortalecimento de uma política de segurança pública dirigida para o extermínio de pessoas pobres e periféricas, negras, indígenas e suas descendentes, sob a justificativa da proteção dos “cidadãos de bem”. O velho princípio “bandido bom é bandido morto” é [anunciado como “lei”](#): “[A ordem é pra matar](#)”. Nas ruas, essas expressões compõem os relatos de testemunhas das chacinas e, nas prisões, expressam-se em denúncias de [estímulo aos confrontos letais entre facções](#).

A Associação Brasileira de Antropologia se solidariza com as famílias, amigos e amigas das vítimas de Tabatinga, Crespo e Abacaxis e se soma aos movimentos de defesa dos direitos humanos e de combate à tortura para **exigir das instituições estaduais e federais de controle uma atuação incisiva e célere** na apuração das denúncias, uma **rigorosa coação** da violência estatal e o **fortalecimento urgente do controle democrático da atividade policial**.

Brasília, 13 de julho de 2021.

**Associação Brasileira de Antropologia (ABA), sua Comissão de Direitos Humanos e seu Comitê
Cidadania, Violência e Gestão Estatal**